



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Raimundo Costa

REQUERIMENTO Nº , DE DEVOLUÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA

(Do Sr. Raimundo Costa)

Requerimento de Devolução
da Medida Provisória nº 1.323, de
04 de novembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Com fundamento no art. 62, § 10, da Constituição Federal, e no art. 48 do Regimento Comum do Congresso Nacional, o parlamentar infra-assinado requer a devolução ao Poder Executivo da Medida Provisória nº 1.323, de 04 de novembro de 2025, por vício formal insanável de reedição de matéria, em afronta à vedação constitucional expressa.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025, que alterou a Lei nº 10.779/2003 para dispor sobre o seguro-desemprego do pescador artesanal durante o período de defeso, perdeu eficácia nesta mesma sessão legislativa.

Gabinete do Deputado Raimundo Costa

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 226 CEP 70160-900

Tel.: (61) 3215-3226 – Fax: (61) 3215-5226 – E-mail: gab.raimundocosta@camara.leg.br



A subsequente MP nº 1.323/2025, editada em 04 de novembro de 2025, retoma o mesmo núcleo normativo, voltando a alterar a Lei 10.779/2003, disciplinando os mesmos aspectos do Seguro-Defeso, inclusive mantendo a limitação orçamentária e os critérios de habilitação e manutenção do benefício.

Dessa forma, resta configurada a reedição substancial de matéria, hipótese vedada pelo texto constitucional, independentemente de eventuais ajustes redacionais ou ampliação de detalhes administrativos, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (ADI 2939/DF, Rel. Min. Celso de Mello; ADI 4029/DF, Rel. Min. Eros Grau).

Dispõe o § 10 do art. 62 da Constituição Federal:

“É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.”

O art. 48 do Regimento Comum do Congresso Nacional autoriza o Presidente a devolver ao Poder Executivo medida provisória que contrarie preceitos constitucionais de natureza formal.

Tal prerrogativa foi exercida em precedentes recentes, a exemplo da devolução das MPs 669/2015, 979/2020 e 1.102/2022, todas por incompatibilidade com o art. 62 da Constituição.

Assim, diante da flagrante inconstitucionalidade formal, a MP 1.323/2025 não deve prosseguir em tramitação perante o Congresso Nacional.

Diante do exposto, requer-se a imediata devolução da Medida Provisória nº 1.323/2025 ao Poder Executivo, impedindo-se sua tramitação, por configurar reedição de matéria na mesma sessão legislativa, em violação ao art. 62, § 10, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, novembro de 2025.

Deputado Raimundo Costa - PODE/BA



Gabinete do Deputado Raimundo Costa

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 226 CEP 70160-900

Tel.: (61) 3215-3226 – Fax: (61) 3215-5226 – E-mail: gab.raimundocosta@camara.leg.br

